

ARTIGO

ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

*Aline Mendonça dos Santos**

RESUMO: O trabalho a seguir apresenta as relações sócio econômicas da sociedade capitalista, bem como suas conseqüências, considerando a Economia Solidária (ES) como uma alternativa em resposta a estas conseqüências. A ES tem várias dificuldades de funcionamento nesta sociedade e para tanto, o Assistente Social (AS) aparece como Mediador que contribui ajudando na sua consolidação.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; exclusão social; alienação; ideologia; economia solidária; auto gestão; assistente social; educação popular.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva entender a intervenção do Assistente Social em Iniciativas de Economia Solidária (IES), mas para isso faz-se necessário a visualização da história que demarca o contexto social do Mundo do Trabalho (MT).

Primeiramente vai-se discutir a organização capitalista de nossa sociedade, logo, como se dá uma organização popular e solidária nesta sociedade capitalista e por fim a intervenção técnica do Assistente Social (AS) no processo de consolidação das IES.

* Assistente Social. Assessora de Políticas Públicas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Pelotas.

Capitalismo e Exclusão Social

Sabe-se que o sistema econômico que vivemos na atualidade, o capitalismo, é um sistema que preza por um bem estar social econômico de poucos. Apenas uma minoria que detém o poder e que o concentra sobrevive às imposições do sistema. O restante vive a margem deste , numa luta isolada, desesperada, na perspectiva de se inserirem no processo.

O capitalismo consolidou-se com novas relações sociais, econômicas e políticas a partir da Segunda metade do século XIX, e trouxe consigo conseqüências profundas, compreendidas num desajuste social que a história nos permite visualizar no último século.

As convergências entre a Revolução Industrial e a Ideologia Liberal, de um passado não muito distante, hoje configuradas num sistema, impõe as regras da atual economia mundial.

A ciência, a técnica, a produção, o consumo de massa, a padronização dos produtos e das necessidades que estes devem satisfazer e distribuição de renda desigual, são algumas das características que formam o sistema capitalista e permitem, então, uma ascensão dos comerciantes, dos industriais, enfim, dos proprietários dos meios de produção.

Como bem observou Marx, “*o advento do capitalismo caracterizou-se por uma emancipação dos produtores que vem liberados de certo número de restrições culturais, econômicas e políticas.*”

Nestas condições constitui-se um “mercado de trabalho”, e então, o trabalho transformou-se em uma mercadoria como as outras.

“Esses operários que são obrigados a vender-se por minuto, são uma mercadoria como qualquer outro artigo comercial (...) Com a difusão do uso da máquinas e a divisão do trabalho, o trabalho proletário perdeu todo o caráter independente e com isso todo o atrativo para o operário, que passa a ser um simples acessório da máquina e ao qual se pede apenas uma operação manual simplíssima, extremamente monótona e fácil de aprender. (...) Operários contratados

em massa nas fábricas são organizados militarmente e dispostos como meros soldados da indústria, sob a vigilância de toda uma hierarquia de suboficiais e oficiais”¹

No princípio da organização capitalista camponeses e artesões passaram a fazer parte da classe proletária, submetendo-se a um rebaixamento do seu nível e a degradação do seu modo de vida.

Portanto, considera-se o capitalismo uma organização social que visa lucro, concretizado no acumulo capitalista e que assim condiciona uma divisão de classes sociais. Enfim, o capitalismo permite em sua “naturalidade”, a propriedade privada dos meios de produção o que cria uma divisão de classes entre capitalistas burgueses (classe dos proprietários dos meios de produção) e proletariado (classe dos assalariados que vende a força de trabalho para sobreviver).

O lucro e a exploração são sinônimos numa sociedade capitalista.

Marx apresenta o lucro como um “sobretabalho” (mais valia), que os capitalistas se apoderam, o lucro nada mais é que a outra face da exploração operária.

“Esse lucro sobre o trabalho pode ser aumentado basicamente através de duas formas: primeiro, pelo aumento da jornada de trabalho; em segundo, pelo aumento da produtividade, quer pela divisão do trabalho, quer por emprego de máquinas (que impulsiona o desenvolvimento tecnológico).

No entanto, para que não sucumba na concorrência, o capitalista não aproveita este capital senão para reinvestir na produção. Isso resulta na concentração de riquezas.

Em conclusão o aumento do capital decorre de uma relação social de expropriação (é produto do trabalho alheio), o que faz crescer a massa da miséria e a revolta do proletariado. É a propriedade privada dos meios de produção que garante ao capital esta explora-

¹ BOUDON. BOURRICAUD, 1993:42.

*ção e é fato que deriva da **alienação** do trabalho humano.”²*

Se analisarmos a sociedade contemporânea, percebe-se que a lógica do lucro é o que rege quase todas as instituições da atualidade e por consequência tem-se a exclusão social, a má distribuição de renda, a exploração do trabalho, desemprego, fome, falta de habitação, etc.

Tendo presente as considerações aqui apontadas, tem-se claro que a lógica do capitalismo é de uma sociedade a favor de poucos, estes que usufruem de qualidade de vida, os demais almejam por um espaço como cidadãos, e na luta pela sobrevivência fragmenta-se, o que caracteriza um individualismo dentre a classe trabalhadora.

NEOLIBERALISMO: TRANSFORMAÇÕES NO MT

Hoje, a sociedade capitalista está totalmente consolidada.

Esta real situação é resultado de uma série de transformações que ocorreram nas últimas décadas. Valentini evidencia da seguinte forma.

“Na década de 70 a crise do petróleo, com o início do endividamento dos países de terceiro mundo. Em 80, a ‘década perdida’ a interrupção do desenvolvimento, exatamente pela necessidade de aplicar os recursos no pagamento das dívidas. Na década de 90, após a queda do socialismo, e com a renegociação das dívidas, a justificativa ideológica da situação, pela ‘verdade única’ do mercado, a consolidação ideológica do neoliberalismo, que tenta impor como necessária a ordem atual, como se ela fosse fruto inerente ao próprio processo econômico, erigido como norma suprema de toda a organização social.”³

² Marx. In MASI, 2000:139

³ CALDAS, 2000:27

Na década de 90, então, a humanidade vive numa época marcada por uma profunda crise. O Neoliberalismo se instala na sociedade contemporânea com uma visão deformada onde “*política é só economia, economia é finança, finança é mercado, e mercado é especulação*”⁴, assim o neoliberalismo apresenta-se como regime de regulamentação e novo padrão de acumulação, possibilitando um desenvolvimento desigual entre os diferentes setores e regiões. Este processo acelerou mudanças sociais envolvendo novos recursos tecnológicos, invenções e descobertas científicas que apresentam-se como facilitador ao modo de produção vigente. Desta forma a tecnologia apresenta-se como instrumento do Sistema sócio-econômico predominante, que requer um reajustamento institucional e adaptação cultural contínua.

A Globalização, processo conseqüente deste regime que se instala, compreende a mundialização do “padrão”, o que ilustra a posição do “Estado Mínimo”, condicionando que o livre jogo do mercado guie as relações mundiais.

Portanto, a globalização é processo em que subsistem, com intensidade, todas as mudanças técnicas e sociais. Pois a economia, a cultura, a política e a produção estão envolvidas a um acelerado processo de globalização que permite que as empresas subcontratem a melhor e mais barata prestação de serviço, não só em nível nacional, mas mundial. Assim as empresas ingressam numa concorrência de mercado mundial em melhores condições, considerando cada vez mais a competitividade e conseqüentemente o individualismo, substituindo a ética da solidariedade pela ética da eficiência, o que faz desaparecer a cidadania e aumentar a exclusão social.

“As últimas décadas tem sido teatro de acentuada globalização com intensificação dos fluxos financeiros internacionais, acirramento da

⁴ VALENTINI, 1999:04

*concorrência e crescente integração entre as economias nacionais, com a emergência de um padrão de acumulação dominado pela esfera financeira, em crise estrutural.”*⁵

É decorrente deste processo, dessa reestruturação produtiva, acusada pela destruição de empresas, setores, produtos, substituição do “trabalho vivo” (homem) pelo “trabalho morto” (máquina), que aumenta assim o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho, entre outros problemas sociais. Frente a isso, o próprio sistema apresenta um modelo de reestruturação produtiva, como coloca Fuentes:

*“É de consenso na literatura que o conjunto de inovações tecnológicas e gerenciais difundidos na indústria em âmbito internacional confirma a constituição de um novo paradigma de organização industrial, qualitativamente diferente do modelo disseminado a partir da Segunda Revolução Industrial - o taylorismo / fordismo”.*⁶

O Toyotismo torna-se a principal influência da nova organização industrial, consolidando a deterioração do “Mundo do Trabalho”.

O NOVO PARADIGMA DO EMPREGO

Frente às constantes transformações do MT, criam-se circunstâncias sócio-econômicas, as quais formam uma nova concepção de cidadania, onde consumir se sobrepõe cada vez mais a ser solidário; o indivíduo sujeita-se a uma flexibilização das formas de contratação, incluindo a terceirização e subcontratação (trabalho informal), não assegurando ao trabalhador direitos sociais historicamente conquistados. Os movimentos sociais retrocedem, pois a situação parece enraizada. Estes movimen-

⁵ Idem

⁶ MATTOSO, 1999:33

tos, se fossem considerados, abririam novas perspectivas, ampliando a reflexão sobre os valores estabelecidos. Percebe-se, então, a desintegração do movimento da classe trabalhadora.

È assim que configura-se o novo paradigma do emprego, fragilizando a classe trabalhadora que afasta-se da luta sindical.

*“O desemprego, obviamente, é um elemento chave na desintegração do movimento unitário da classe trabalhadora. O grau de competitividade e de individualismo que os trabalhadores foram levados nos anos 90 só pode encontrar parâmetros de comparação no processo idêntico ocorrido nos anos 80 nos países centrais do capitalismo. (...) Não foi apenas o desemprego o responsável pela crise do discurso do Novo Sindicalismo; (...) Mas é forçoso admitir que a perda de capacidade de ação política dos trabalhadores tem, sim, um componente psicossocial elevado, e que a possibilidade da perda do posto de trabalho, numa economia altamente instável como aquela do início dos anos 90, com uma elevação progressiva das taxas de desemprego, é um elemento crucial no momento do trabalhador decidir se se filia ou não ao sindicato, se participa ou não da assembléia, se entra ou não em greve, se participa ou não da manifestação contra o patronato.”*⁷

Frente ao exposto tem-se que a sociedade capitalista engendra uma dinâmica de transformações sociais que incidem sobre o MT, mais especificamente sobre as formas de contratação, de organização da produção.

A falta de trabalho é o sintoma mais evidente do desajuste social.

“Na década de 90, a globalização da economia e a reestruturação produtiva, somadas à privatização das empresas públicas, representaram para os trabalhadores brasileiros, principalmente aqueles inseridos no mercado formal, uma dramática ruptura, responsável por um quadro de desemprego com índices jamais vistos em nossa

⁷ FUENTES, 1997:361

história.

*Trabalhadores antes incluídos nos mercados formais vieram somar-se aos já historicamente excluídos, pertencentes aos mercado informal. A partir do momento que a referência social do trabalhador está atrelada à sua inserção na economia, a perda do trabalho formal significa muito mais que a perda financeira.”*⁸

Portanto, na sociedade vigente só tem sua cidadania reconhecida o indivíduo inserido no mercado formal e que consome, contribuindo para a manutenção do sistema; os demais, trabalhadores do mercado informal e desempregados estão efetivamente fora deste contexto, sendo estes marginalizados do processo.

Fato é que as sociedades só sobrevivem se houver produção e os indivíduos só sobrevivem se houver trabalho. O trabalho é o que dá valor a todas às coisas e portanto, é a fonte única de riqueza. Na sociedade capitalista há uma separação entre trabalho e capital e cuja as relações são de dominação e exploração. Assim o trabalhador não se apropria da riqueza que produz.

Este domínio sobre a classe trabalhadora se dá no íntimo de cada trabalhador, pela alienação e a nível planetário, pela globalização material e intelectual, fazendo com que indivíduos e nações percam sua autonomia como sujeitos.

*“ O trabalho, que deveria ser a mais alta expressão do homem, porque o resgata da barbárie, submetendo a natureza à cultura, criando riqueza e progresso – essa imensa força criadora a disposição da humanidade, reduzida a mercadoria da indústria capitalista – faz regredir cada trabalhador ao nível de escravo e faz regredir o proletariado inteiro ao nível de classe subalterna.”*⁹

⁸ CRUZ, 2000:124

⁹ GUIMARÃES, 1999:05

Enfim, tem-se muito claro que o ser humano está espremido pelo sistema, só tem direito aos mínimos sociais se estiver vendendo força produtiva, submetendo-a à extração de mais valia.

Neste sentido, é que o combate à fome, saneamento, etc. estão ligados às discussões do trabalho e economia.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA DE INSERÇÃO NO MT

Frente a esta conjuntura desfavorável, a Economia Solidária (ES) aparece com maior incidência nos anos 90, como reação ao processo de fechamento dos postos de trabalho, à exclusão social, tornando-se um foco crescente de interesses e atenções, como alternativa de inserções no mercado de trabalho. As pessoas tem mais espaços no Mundo do Trabalho se estiverem coletivamente organizadas do que isoladas.

Desta forma a ES preocupa-se não apenas como uma maneira de inserção na esfera do mercado regular, mas com a realização de um trabalho solidário concreto.

A idéia da ES configura-se como uma maneira de sobrevivência do trabalhador, dispensando-o da exploração de mais valia, consolidando um processo que inibe a acumulação de capital e ainda contribui para a construção de uma organização democrática, solidária, associada, desalienada, capaz de resgatar o indivíduo como sujeito do seu processo histórico e compreendendo-se, então, como de fato um cidadão.

A cooperativa, em seu conceito, se difere de uma empresa capitalista pela organização social da produção, pela relação estabelecida entre os associados e entre essas pessoas e o capital, ou seja, nas IES as pessoas trabalham juntas solidariamente e se apropriam de forma igualitária da sobra (lucro no capital) originada pelo trabalho coletivo. As decisões também são coletivas, a assembléia dos cooperativados é soberana, e assim o homem se torna superior ao capital, o homem vale por si só e não pelo que possui.

Desta forma as IES's como novo conceito do MT, apresenta-se como um "perigo" para o sistema vigente, que através do Estado interfere intimamente na organização deste tipo de empreendimento. Tal interferência se dá pelas relações jurídicas, políticas e ideológicas, mas principalmente por este último tópico, uma vez que as relações de dominação do modo de produção se transferem também para as IES.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E IDEOLOGIA

Marx nos afirma, em outras palavras, que ideologia é uma forma de persuadir e dirigir a ação, que as idéias dominantes de uma sociedade são as idéias da classe dominante desta mesma sociedade, é desta maneira que se mantém o "status quo".

*"A base deste juízo está nas expressões 'infra-estrutura' (forças econômicas) e 'super-estrutura' (edifício social formado pelas idéias, artes, religiões, costumes, instituições políticas e sociais, etc.) relacionadas por Marx, sendo a Segunda estruturalmente dependente da primeira, grosso modo."*¹⁰

Portanto, as relações de super-estrutura são tidas como uma disputa hegemônica, em que a ideologia dominante sem muito esforço detém a infra-estrutura.

Assim, a conjuntura atual (sociedade e época) acaba perdendo sua identidade. As pessoas impregnadas pela ideologia dominante pensam conhecer o mundo em que vivem, suas circunstâncias, pois a vida inteira adotaram opiniões, valores que foram passados pelo sistema dominante como verdade absoluta. Esta relação impede que as pessoas tenham uma visão clara da real situação do mundo. Portanto, a influência ideológica faz a consciência perder a autonomia.

¹⁰ MASI, 2000:140

“A ideologia garante para a sociedade uma espécie de harmonia espiritual e moral e o consenso entre indivíduos e grupos que a compõe.”¹¹

A intervenção ideológica do sistema se dá através da Indústria Cultural, que se apresenta de forma sedutora, ‘As pessoas anseiam por vida, mas vida vem praticamente de idéias, oferecidas especialmente para você’.

“A Indústria Cultural traz em seu bojo todos os elementos característicos do mundo industrial moderno e nele exerce um papel específico, qual seja, o de portadora da ideologia dominante, a qual outorga sentido a todo o sistema. Aliada à ideologia capitalista e sua cúmplice, a indústria cultural contribui eficazmente para falsificar as relações entre os homens, bem como dos homens com a natureza.”¹²

Enfim, ocorre uma formação da subjetividade tida como espontânea, inerente dos indivíduos, mas suas crenças e valores estão intimamente ligados a ideologia do sistema.

É neste contexto histórico que estão se constituindo algumas IES. Embora a ES seja compreendida conceitualmente por idéias democráticas, sua consolidação se dificulta, uma vez que, há um imaginário capitalista muito presente no comportamento dos associados .

Muitas cooperativas formam-se da necessidade imediata das pessoas de inserirem-se no mercado de trabalho formal, assumindo a forma jurídica de cooperativa , mas na forma laboram, os princípios do associativismo se perdem, pois seus associados encontram grandes dificuldades de viver o associativismo pois conflituam-se consigo mesmos, não conseguem adaptar-se à idéia de não receberem salário, de não

¹¹ CALDAS, 2000:16

¹² CALDAS, 2000:17

terem um chefe, um dono, enfim, de serem donos de sua própria força de trabalho.

Os problemas de relacionamento ocorrem na medida em que os sócios desconhecem o funcionamento e o fundamento da associação e assim permitem a invasão da ideologia dominante. A possível relação de trabalho concreto proporcionada por tais IES pode tornar-se mais um modelo que se apresenta na sociedade vigente de trabalho alienado.

Não são poucos os exemplos de cooperativas da contemporaneidade em que o grupo eleito para dirigir a associação, se comporta como dono da mesma e não resiste à tentação do lucro, do capital e do poder, evidenciando a influência do individualismo que deriva da ideologia dominante.

Em contrapartida, existem também exemplos de cooperativas nas quais os associados foram familiarizando-se com a idéia de autogestão, organização democrática e solidária e que estão dando certo. Mesmo quando têm de estabelecerem relação com o mercado capitalista, se diferenciam de suas condições anteriores, pois hoje procuram saber o real sentido de tudo, buscando conhecer as circunstâncias e o mundo do qual fazem parte.

Esta última condição é um processo que só se torna possível quando os associados admitem uma Educação autogestionária, cooperativista. O aspecto coletivo precisa ser bem trabalhado. Enfim, autogestão é um processo em construção *“no qual o trabalho e a relação entre as pessoas devem resgatar seu dimensionamento humano enquanto sujeitos que produzem e decidem”*¹³

Para tanto, é necessário uma educação permanente dos envolvidos, afinal trata-se de um novo paradigma que está sendo colocado à frente das relações e do trabalho dos trabalhadores.

A Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) chama atenção para

¹³ CALDAS, 2000:37

alguns pontos essenciais ao que chama de “Formação Básica nas Empresas Autogestionárias”, são eles:

1. Faturamento e salário – Necessário para trabalhar novos valores e novas práticas, os trabalhadores herdaram a relação patrão-empregado, tendem a reproduzir as relações anteriores, cobram salários, etc.;
2. Produto – a necessidade de que todos adquiram a idéia do conjunto, é fundamental que percebam que o produto é fruto do trabalho de todos dentro da empresa;
3. Organização da Empresa – discutir o conceito de solidariedade, cooperação e os papéis das instâncias eleitas pelos trabalhadores...
4. Empresa Autogestionária (EA) e o Mundo Externo – Compreender os elementos do mercado e da sociedade. Não basta conhecer as questões internas, precisando em conjunto, dar conta do relacionamento com o mundo com o qual a empresa se relaciona.
5. Produto como Conhecimento – Distinguir o produto de mercadoria, no produto estão as relações entre os trabalhadores, o uso de energia, a aplicação de saberes, criatividade, tecnologia, exigência e expectativa dos consumidores;
6. EA e seu Ponto de Equilíbrio – trata-se da sobrevivência da empresa;
7. EA Novas Questões dos Trabalhadores – Como funcionam EA;
8. Trabalho e seu Sentido – resgatar o sentido do trabalho. Para mudar é preciso conhecer, pensar e agir coletivamente.

Não restam dúvidas que a Educação é fundamental para a consolidação de um empreendimento autogestionário.

O ASSISTENTE SOCIAL COMO EDUCADOR, MEDIADOR FRENTE AS INICIATIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Assistente Social (AS), uma vez sendo solicitado pelo empreendimento, seja por contratação direta ou como consultoria e planejamento,

como membro de uma equipe de incubagem¹⁴ ou ainda como cooperativado, tem papel significativo no que diz respeito as relações de educação do grupo.

A intervenção do AS nas IES não se dá através de uma “ajuda social” mas sim numa relação que transcende a isto. O compromisso deste profissional é com a transformação social.

Se atentarmos para os princípios fundamentais da profissão, iremos perceber que alguns deles explicitam de forma muito clara tal comprometimento:

- Reconhecimento da Liberdade como valor ético central e das demandas políticas a elas inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida...

O AS, junto a grupos populares e movimentos sociais é tido como um Mediador, contribuindo para que os usuários tenham uma leitura diferente a respeito do contexto em que estão inseridos e para que mais tarde possam identificar-se como seres humanos livres e autônomos. Trata-se de uma educação crítica, onde o indivíduo questiona, não se satisfaz com as aparências, testa as descobertas. O indivíduo na sua inquietude critica, dialoga e procura construir o novo.

Desta forma, Paulo Freire fala-nos de uma educação que conscientiza e liberta o indivíduo.

¹⁴ ANTEAG

*“Não podíamos compreender, numa sociedade dinamicamente em fase de transição, uma educação que levasse o homem a posições quietistas ao invés daquela que o levasse a procura da verdade em comum, ouvindo, perguntando, investigando. Só podíamos compreender uma educação que fizesse do homem um ser cada vez mais consciente de sua transitividade, que deve ser usada tanto quanto possível criticamente, ou com acento cada vez maior de racionalidade.”*¹⁵

Nesta perspectiva de respeito aos saberes, de crítica, de autonomia, de liberdade, de reflexão, de esperança e de utopia é que Paulo Freire vai muito além da análise do sistema educacional, e aborda este num todo.

A propósito, Paulo Freire, nos livros relacionados na bibliografia deste trabalho, destaca a distinção entre o analfabeto da escrita e o analfabeto do mundo. O primeiro não sabe escrever, não conhece as possibilidades de comunicação que o alfabeto do idioma propicia, e nem por isso, necessariamente, deixa de viver humanamente. O segundo, o analfabeto do mundo, é o que não sabe ler a realidade que o circunda, não acessa a todos os traços culturais de seu tempo, não dispõe de elementos contemporâneos para a solução de problemas e, assim, se deixa dominar pelo contorno, pelas circunstâncias, pela realidade que o rodeia na qual integram outros homens.

Pois bem, o As como Mediador, tende primeiramente para uma educação em que o indivíduo entenda suas circunstâncias, descubra seu espaço como sujeito humano, cidadão no Mundo, para que assim possam organizar-se enquanto grupo de forma democrática, solidária e justa. É a partir destes saltos de qualidade que torna-se possível a transformação social.

¹⁵ Trata-se da equipe interdisciplinar, parte da metodologia que a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas se utiliza, a fim de contribuir na consolidação do empreendimento que está sendo incubado e para uma melhor formação das partes envolvidas

A relação do AS com o grupo se dá numa aprendizagem mútua. Para o processo de Educação Popular é indispensável que as partes saibam que ambos os saberes (popular e intelectual) são importantes, ninguém é mais do que ninguém, é uma educação inequívoca aos graus de educação que não são absolutos.

Na organização de grupo autogestionário é necessário que o AS consiga, entre outras coisas, abordar o seguinte:

-Todos temos dentro de nós relações de dominação. Fomos formados dentro de relações autoritárias reprodutoras do sistema;

-Importância de respeitar o saber dos outros e a importância de estabelecer relações de igualdade;

-A coletividade é essencial, caso contrário estaremos reproduzindo a ideologia dominante e fragmentando o grupo.

Em suma, O AS/Mediador tem por finalidade, através de sua técnica, controverter as relações do indivíduo-objeto e condicionar as relações do indivíduo-sujeito numa perspectiva de que o mesmo reflita sobre esta relação, percebendo que é um ser inacabado, que todo dia faz novas descobertas vivendo em constante busca, que esta esteja sempre integrada a outros seres, em comunidade, e não individualmente, para que a consciência do outro não se torne uma imposição para a sua própria consciência e que sua consciência não se torne imposição sobre o outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Sejamos realistas, exijamos o impossível”¹⁶. Eis o grande desafio do AS como Mediador; aproximar as pessoas da real situação em que vivem e mostrar que seus devaneios não estão tão longe de serem possíveis.

A idéia da Economia Popular e Solidária é uma alternativa de muitos de inserirem-se no mercado excludente, a expectativa das pessoas

¹⁶ FREIRE, 1978:90

é enorme no que diz respeito a “ser alguém no mundo”, o que não percebem é que *são* alguém no mundo, que são injustiçadas exploradas por este.

A Economia Popular e Solidária não é apenas uma forma de inserção no MT, mas também uma maneira justa, democrática de viver como ser humano, como grupo e como trabalho. É uma nova experiência de trabalho, de organização, na qual os indivíduos resistem, pois temem o **novo**. São dois caminhos: um, que eles já conhecem, sabem como funciona, que é o caminho que a maior parte da população segue; e outro caminho que desconhecem, que não entendem, não acreditam, mas que é uma possibilidade que neste caso torna-se uma alternativa desesperada. Uma vez escolhido este segundo caminho, mesmo que contrariado, deve-se ter o cuidado para que os valores e princípios deste não sejam minimizados.

Cabe ao AS auxiliar o grupo que está no caminho novo (EPS's) a entenderem o contexto e descobrirem neste uma qualidade de vida individual e social que os permita crescer nos seus sonhos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANTEAG, Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão Participação Acionária. **Autogestão e Solidariedade**. In textos fornecidos no Encontro da ANTEAG no RS. Porto Alegre. 2000.

ANTEAG, Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão Participação Acionária. **Educação e Empresa de Autogestão. O projeto da ANTEAG**. In textos fornecidos no Encontro da ANTEAG no RS. Porto Alegre. 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo (org). **Neoliberalismo Trabalho e Sindicatos**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BASTOS, Raul Luis A. “Desemprego Tecnológico”. In **Trabalho Tecnologia Dicionário Crítico**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDON, Raymond. BOURRICAUD, François. “Capitalismo”. In **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

CALDAS, Sérgio. **Polígrafo de Perspectiva Ética Antropológica**. Pelotas, 2000.

CRUZ, Antônio. **A Janela Estilhaçada, A Crise do Discurso do Novo Sindicalismo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia, Saberes Necessário à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Alfabetização, Leitura do Mundo, Leitura da Palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FUENTES, Maritzel R. “Setor Informal e Reestruturação Produtiva: Uma Alternativa de Emprego nos Anos 90? “In **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec-Abet, 1997.

GARCIA, Lúcia S. ,PORTUGAL, Marcelo S. . “Notas sobre o Desemprego Estrutural no Brasil”. In **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec-Abet, 1997.

GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia Crítica, Alternativas de mudança**. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1996.

GUIMARÃES, Gonçalo. “Uma Cidade para Todos”. In **Integrar Cooperativas**. Rio de Janeiro: Unitrabalho /CUT, 1999.

KREIN, José D. “Reestruturação Produtiva e Sindicalismo”. In **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec-Abet, 1997.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIEDKE, Elida Rubini. “Relações de Trabalho”. In **Trabalho e Tecnologia. Dicionário Crítico**. Petrópolis: Vozes., 1997.

LIEDKE, Elida Rubini. “Trabalho”. In **Trabalho e Tecnologia. Dicionário Crítico**.. Petrópolis: Vozes, 1997.

MASI, Domenico de. **O Futuro do Trabalho. Fadiga e Ócio na Sociedade Pós-Industrial**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2000.

MATTOSO, Jorge Eduardo L. (co-org). **Crise e Trabalho no Brasil - Modernidade ou volta ao Passado?** São Paulo: Scritta,1996.

MATTOSO, Jorge Eduardo L. . **O Brasil Desempregado**. São Paulo: Perseu Abramo,1999.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. “O serviço social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional ocupacional”. In **Revista Serviço Social & Sociedade** n.º 53. São Paulo: Cortez, 1997.

MOTA, Ana Elizabete.” Do operário-padrão ao operário-patrão”. In **Revista Serviço Social e Sociedade** n.º 46. São Paulo: Cortez, 1997.

OLIVEIRA, Manfredo A de (org.), TEIXEIRA, Francisco J.S. **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Cortez,1998.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

VALENTINI, Dom Luíz Demétrio. **Desemprego Questão Técnica ou Questão Ética**. Internet: [Http://www.cnbb.org.br/cf.html](http://www.cnbb.org.br/cf.html). 1999

Aline Mendonça dos Santos

VASCOCELOS, Eduardo M. “Estado e Políticas Sociais no Capitalismo: uma abordagem marxista”. In **Revista Serviço Social e Sociedade n° 28**. São Paulo: Cortez, 1988.